

Educação e trabalho na Amazônia Paraense: impactos da ausência

Education and work Para in the Amazon: impacts of absence

Flávia Marçal Pantoja de Araújo¹

Resumo: Marcada por diversos processos desiguais e combinados de desenvolvimento, a Amazônia vem apresentando-se como uma região estratégica na questão dos Direitos Humanos na América Latina. Partindo de um histórico de perdas e danos, caracterizado em grande parte pelo não aproveitamento adequado tanto das potencialidades econômicas-naturais, quanto da diversidade populacional-cultural, a Amazônia têm sido palco de uma série de conflitos sociais que repercutem no aviltamento de direitos fundamentais. Neste artigo, visa-se analisar a relação entre educação e trabalho na Amazônia Paraense, explicitando os impactos negativos que a ausência do acesso à educação traz para a inserção no mercado de trabalho, especialmente em relação às classes mais desfavorecidas economicamente. Compreende também como a educação pode ser vista para além do capital meramente humano, convertendo-se em verdadeiro direito e capital social e em instrumento de emancipação e de reconstrução de novas perspectivas para o desenvolvimento na Amazônia, rompendo com um histórico de perdas e danos.

Palavras-chave: Amazônia- Educação- Direitos Humanos- América Latina

Abstract: Marked by various processes of uneven and combined development, Amazon has presented itself as a strategic region on the issue of human rights in Latin America. Building on a history of losses and damage, characterized largely by not taking adequate advantage of both the economic potential-natural, as the population diversity-cultural, the Amazon have been the scene of a series of social conflicts that impact the debasement of fundamental rights. This article aims to analyze the relationship between education and work in the Amazon Pará, explaining the negative impact that the lack of access to education brings to the inclusion in the labor market, especially in relation to economically disadvantaged classes. It also includes how education can be seen beyond the merely human capital, becoming true right and equity and instrument of emancipation and reconstruction of new prospects for development in the Amazon, breaking with a history of losses and damages.

Keywords: Amazon-Education-Human Rights Latin America

1 Introdução

O senso comum que abarca grande parte do pensamento popular sobre a Amazônia é aquele que desvincula sua formação de aspectos econômicos e políticos para analisar apenas questões culturais e míticas que envolvem a região. Parte dessa visão tem um caráter benéfico ao evidenciar particularidades que abordam a multiculturalidade de diversos grupos

¹ Professora Assistente do Programa de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Coordenadora Regional do projeto "Educação, Direito Humano e Capital Social na Amazônia Paraense, financiado pelo Observatório da Educação MEC/CAPES. E-mail: flavia_marcal84@yahoo.com.br

(ribeirinhos, indígenas, quilombolas e etc) que residem aqui. Entretanto, esta mesma visão que em muitos momentos dissocia a formação da Amazônia de questões econômicas e políticas, pautadas no próprio desenvolvimento do capitalismo, impede que se percebam algumas filigranas específicas geradoras de um processo particular de exclusão na Amazônia.

Neste contexto, o processo de desenvolvimento da região, caracterizado especialmente por modelos hegemônicos impostos nos últimos 60 anos, pautados na excessiva exploração dos recursos naturais e humanos (fruto de uma concepção de divisão territorial do trabalho em que se compreendia a região amazônica apenas como uma fornecedora de matérias primas²) geraram não só danos ambientais irreversíveis, mas especialmente um processo de concentração de renda e capital social, resultados de anos de exclusão social, e que agora reverberam em diversos índices estatísticos.

Dentro desta perspectiva, este trabalho propõe-se a analisar a vinculação entre educação e trabalho, partindo do aumento da percepção da sociedade (motivada pelas mudanças do capitalismo) da educação enquanto meio de inserção na vida social, especialmente nas sociedades urbanas, ou ainda como meio de exclusão social para aqueles que não a detém, e como a ausência de políticas públicas, somadas a um processo de exploração que desconsidera as potencialidades naturais e sociais da região, refletem nos índices de analfabetismo e desemprego na região.

2 Educação e desenvolvimento na Amazônia: um recorte histórico-populacional.

Para melhor compreender essa mudança quanto à compreensão da educação, isto é de um exemplo de erudição para uma necessidade básica, e como os processos produtivos também foram se modificando, é preciso analisar a própria construção do contexto amazônico, com a passagem da fase extrativista para o processo de urbanização, que marca profundamente a Amazônia nos últimos 60 anos.

Esta análise compacta do contexto amazônico é aqui apresentada a partir anos 40/50, quando a economia na região é marcada essencialmente pelo extrativismo, seja ele animal

² Sobre o tema consultar: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2010, n.51, pp. 113-150. ISSN 0020-3874., BECKER, Bertha K; BERNARDES, Julia A. Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil. *Anu. Inst. Geocienc.*, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01017591978000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 14 jul. 2012. A entrevista do Prof. Aziz Ab'Sáber sobre os problemas da Amazônia na série "Dossiê Amazônia I" da Revista Estudos Avançados da USP também explora a questão da divisão territorial do trabalho e o papel da Amazônia. Disponível em: BORELLI, Dario Luis. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 7-35. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100002>.

(pesca, caça de animais), mineral (atividades de garimpo) ou vegetal (castanha, borracha, óleos e resinas vegetais). Havia ainda a pecuária extensiva de gado, o comércio (desenvolvido nos interiores através das atividades de “caixeiros viajantes”) e as atividades de agricultura familiar. Neste momento, toda a produção cultural e econômica girava em torno de dois pólos distintos que, no entanto, intercruzavam-se: capital e interior. Segundo Benedicto Monteiro (2006, p.67):

‘Até a década de 1960, o Pará permanecia com uma economia baseada no extrativismo – sementes oleaginosas, castanha do Pará, essências florestais, peles de animais silvestres, extração mineral de ouro, pedras preciosas e semipreciosas e pesca artesanal. A lavoura contribuía com a pimenta-do-reino, a juta e o tabaco, além das culturas de subsistência. A pecuária atendia ao consumo do Estado e as indústrias locais se desenvolviam em torno dos produtos extrativos, como o beneficiamento de alguns deles e fabricação de calçados e cigarros’

Ainda que houvesse essa interação entre capital e interior, a população rural constituía-se em mais que o dobro da urbana. Além disso, parte considerável da população registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-BGE como urbana (por habitar em sedes de municípios ou de distritos), na verdade vivia em aglomerados populacionais muito pequenos e neles o nível de urbanização era mínimo. Na prática, viviam como populações tipicamente rurais.

Tabela 1 – População da Amazônia Geográfica Segundo Situação Domiciliar 1950

População segundo situação do domicílio	Pará	T. do Acre (1)	Roraima/ T. Rio Branco (2)	Rondônia/ T. Guaporé (3)	Tocantins (4)	T. Amapá (5)	Amazonas	Total
População Urbana	389.011	21.272	5.132	13.816	-	13.900	137.736	580.867
População Rural	734.262	93.483	12.984	23.119	-	23.577	376.363	1.263.788
Total da população	1.123.273	114.755	18.116	36.935	-	37.477	514.099	1.844.655

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1950. Disponível em: www.ibge.gov.br. 1.Transformado em estado em 1990, através da Constituição de 1988 (capital Rio Branco); 2; Idem, antes correspondia ao Território do Rio Branco (capital

Boa Vista). 3. Transformado em estado em 1990, através da Constituição de 1988, antes correspondia ao Território do Guaporé (capital Porto Velho). 4. Criado em 1990 pela Constituição de 1988; 5. Território antes de 1990 (capital Macapá).

É neste contexto que se destacavam as poucas escolas existentes, onde a tarefa primordial era ensinar através de cartilhas as primeiras noções, sendo que poucos alunos, após esta fase, matriculavam-se em outros níveis de ensino, o que normalmente exigia a mudança para as cidades mais desenvolvidas, ou mesmo a capital.

Segundo Violeta Loureiro (2004, p.303), esta situação se refletia nos dados estatísticos da região amazônica para o ano de 1940, onde os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE indicavam que apenas 33% da população total da região sabiam ler e escrever, sendo que acima dos 18 anos, este índice decrescia para ínfimos 10%.

A grande causa para estes percentuais não está na insignificância atribuída à educação. Ao contrário, considerando todas as dificuldades para freqüentar a escola, o conhecimento formal e o letramento eram tidos como símbolos de erudição, e traço característico das famílias mais ricas. A questão centrava-se no fato de que a economia extrativista não exigia do indivíduo uma educação mais sólida para ingresso no mercado de trabalho, mas sim um intenso conhecimento sobre sua realidade e a natureza que o cercava. Desse modo, a educação não era vislumbrada como um meio imprescindível para inclusão do homem, pois a economia não lhe impunha esta condição, bem como a quase totalidade das atividades produtivas não exigia este requisito.

Esta situação, que se manteve quase inalterada ao longo dos anos 60, começou a modificar-se intensamente, segundo Violeta Loureiro (2004, p. 309) a partir dos anos 70, quando as populações urbanas começaram a aumentar rapidamente, e dado o aumento de concentração de terras, também marcada pela chegada dos grandes e médios projetos na Amazônia, deu-se a expulsão das populações do campo para as cidades. Para vislumbrar o impacto em números, reporta-se Benedicto Monteiro (2006, p. 57):

“Em 1872, o Pará contava com 275.237 habitantes e em 1950, atingia apenas o número de 1.123.273, isto é houve um aumento da população de apenas 848.036 habitantes em quase 80 anos. Já em 1960 a 1996, a população paraense variou de 1.538.193 para 5.332.187, isto é, houve um crescimento de 3.793.994 habitantes em apenas 36 anos”.

Esse contingente populacional que migra para as cidades força a necessidade crescente por mais habitação, emprego, e educação, aqui não mais entendida como símbolo de erudição, mas como meio de sobrevivência nas grandes cidades, vez que é nelas que o letramento se torna indispensável para inserção no mercado de trabalho, tornando-se claro

que o acesso à educação corresponde também ao acesso a trabalhos mais qualificados, mais bem remunerados e de maior prestígio social.

Incapaz de dar vazão a todas as reivindicações por mais educação, o Estado abre espaço para as escolas privadas. Desse modo, nos anos 70/80 é crescente a diferenciação entre os que acessam ou não a escola, esta disponível apenas para uns e não para todos, sendo que a quase totalidade dos excluídos corresponde as camadas mais pobres da sociedade, aumentando as desigualdades entre àqueles que detém o conhecimento e os que não detém, estes últimos cada vez mais marginalizados na sociedade.

Este processo acentua-se nos anos 90, aonde a acelerada urbanização e modernização dos processos produtivos, inclusive com a informatização de alguns setores, vai deixando à margem do progresso um contingente humano cada vez maior, sem as garantias previstas constitucionalmente para a efetividade da dignidade humana, dentre as quais se destaca a educação. Se antes a educação não era um requisito indispensável para a inserção no mercado de trabalho formal e para a inserção na vida social, hoje sua falta significa uma exclusão completa, seja pela impossibilidade de acessar o mercado de trabalho, cada vez mais exigente no que concerne a qualificação profissional e quanto aos critérios mínimos para ingresso, como na vida cultural. Significa ainda a quase incapacidade de articular-se e reivindicar outros direitos fundamentais a que tem direito. Dessa maneira, complementam-se mutuamente a pobreza, a educação inexistente (ou precária) e a exclusão como formas de marginalização de indivíduos da sociedade.

3 Educação e trabalho na Amazônia: um recorte político-social.

A história do Brasil e da Amazônia mostra a existência de incontáveis programas cujo objetivo é a erradicação do analfabetismo. Não é objetivo deste tópico enumerá-los. Entretanto, é preciso observar que as atuais políticas públicas para combate ao problema, especialmente entre jovens e adultos, são marcadas por dois aspectos de caráter socioeconômicos que são complementares entre si.

A primeira questão diz respeito à histórica distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos, assim como a negação do direito fundamental à educação para uma grande parte da população brasileira, especialmente a mais pobre. O segundo aspecto vincula-se as repercussões internas da reestruturação produtiva e da contínua dependência do capital internacional, que impõe ao Estado formas de investimento que não contemplam a educação de qualidade como fator primordial, mas sim pautam-se numa retomada da Teoria do Capital

Humano³, com redefinições próprias estabelecidas pelo Estado, pelo Capital e pelo Mercado de Trabalho.

Por outro lado, a questão que persiste é que depois de tantos programas objetivando erradicar o analfabetismo, verifica-se que no ano de 2010 (PNAD, 2009) ainda existem mais de 14 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever no país, no grupo de pessoas com 15 anos ou mais, que são aquelas que de modo geral já são capazes legalmente de acessar o mercado de trabalho, seja na condição de aprendiz, seja na condição de trabalhador devidamente registrado. A taxa de analfabetismo no Brasil, em 1996, referente ao mesmo grupo etário ou mais, era de 14,7%, caindo, no ano de 2001, para 12,4% e chegando no ano de 2010 em 9,7% (PNAD, 2009).

Há que se ressaltar que as disparidades não são apenas entre analfabetos e letrados. Dados sobre o analfabetismo no Brasil, apresentados por ocasião da CONFITEA VI realizada pela UNESCO em 2009⁴ indicam um painel claro sobre as diferenças relativas ao status socioeconômico-educacional dos brancos (taxa de analfabetismo de 7,1%), negros (16%) e indígenas (18%) no país. O mesmo se observa nas diferenças entre o número de analfabetos nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Em termos percentuais são 26,3% de analfabetos nas áreas rurais do país, e 8,7% nas áreas urbanas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD 2009, do IBGE, indicam ainda que os níveis de analfabetismo aumenta na proporção em que a renda familiar *per capita* diminui.

Tabela 2 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões

3 “ Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chigago à época, é considerado o principal formulador da idéia de capital humano. Esta doutrina surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital.”. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demeval, MOURA NASCIMENTO, Maria Isabel. (orgs). Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP Graf. FE, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm. Acesso em: 07 de outubro de 2010.

4A Conferência Internacional de Educação de Adultos - Confitea - são eventos que priorizam a participação dos atores governamentais, mas a sociedade civil organizada busca incidir tanto sobre a elaboração dos documentos nacionais que os países apresentam, como sobre as discussões que ocorrem durante o evento com vistas a influir no documento final e nos compromissos dos governos. Dados disponíveis em: www.unesco.org.br. Acesso em: 07 de outubro de 2010.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas					
	Total (1.000 pessoas)	Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salários mínimos) (%)				
		Total	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	14.219	10	17,5	12,3	9,6	2,0
Norte	1.127	10,8	14,1	11,4	10,8	2,7
Nordeste	7.486	19,4	23,2	20,2	19,4	4,3
Sudeste	3.611	5,8	10,1	7,9	7,0	1,6
Sul	1.157	5,5	9,0	7,7	6,5	1,6
Centro-Oeste	837	8,2	12,3	10,6	9,7	2,0

Fonte: PNAD/IBGE 2009

Neste contexto a região Norte apresenta a segunda maior taxa de analfabetismo (10,8%), atrás apenas da região Nordeste com mais de 19% de sua população analfabeta. Este percentual sobe para 26% quando tratamos de analfabetismo funcional, considerando a mesma faixa etária.

Tal situação não pode ser explicada por apenas um argumento, de caráter determinista. Ela decorre de opções de ordem econômica e política que repercutem de forma incisiva na seara educacional.

Por isso, torna-se claro a situação paradoxal que o país e, especialmente a Amazônia, estão inseridos: por um lado, convive com elevados números de analfabetismo absoluto e funcional, sem contar as baixas taxas de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e por outro lado, estes dados não desencadearam no Estado medidas efetivas de universalização da educação. Acrescente-se a esta questão, o fato de que o discurso hegemônico de ser atribuído à educação o peso de elevar o país e a região Amazônica a um lugar de destaque no âmbito econômico nacional e internacional⁵. Assim, a educação representa uma via de superação das desigualdades, tanto regionais, quanto entre indivíduos da sociedade e, no entanto, suas possibilidades enquanto direito efetivamente garantido continuam a ser diuturnamente cerceadas.

Desse modo, chega-se ao atual estágio do desenvolvimento econômico onde os trabalhadores, desprovidos dos meios de produção, são levados a ampliar cada vez mais, as

⁵ É preciso recordar que a crença na educação como forma de superação de desigualdades não é algo recorrente apenas no Brasil. Em renomado trabalho sobre os operários ingleses, Edward Thompson evidencia que os trabalhadores, há muitos anos, procuram na educação a maneira mais palpável de modificar sua forma de vida. De forma a exemplificar sua afirmação, colaciona relatos do final do século XVIII, onde constam reivindicações em prol do “direito à educação, pela qual o filho do trabalhador poderia ascender ao nível mais elevado da sociedade”. In: THOMPSON, Edward P.. A formação da classe operária. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 176.

possibilidades de sua força de trabalho, tomada como mercadoria, a ser explorada pelo capital, conforme assinala Karl Marx (1984, seção X):

"Economistas apologéticos (...) dizem: (...) a sua força de trabalho é, portanto, ela mesma, seu capital em forma-mercadoria, da qual lhe flui continuamente seu rendimento. De fato, a força de trabalho é a sua [do trabalhador] propriedade (reprodutiva, que sempre se renova), e não o seu capital. É a única mercadoria que ele pode e tem que vender continuamente, para viver, e que atua como capital variável apenas nas mãos do comprador, o capitalista. Que um homem seja continuamente compelido a vender sua força de trabalho, isto é, ele mesmo, para outro homem, prova, segundo esses economistas, que ele é um capitalista, porque constantemente tem "mercadorias" para vender. Nesse sentido, um escravo também é um capitalista, embora ele seja vendido por uma outra pessoa, mas sempre como mercadoria; pois é da natureza dessa mercadoria, o trabalho escravo, que seu comprador não só a faça trabalhar de novo a cada dia mas também lhe dê os meios de subsistência que a capacitam a trabalhar de novo e sempre."

Sem esta ampliação da força de trabalho e das competências, o trabalhador torna-se desqualificado para estar inserido no mercado de trabalho. Surge, então, a busca incessante pela educação formal, ainda de que pautada em critérios de qualidade duvidosos, ou inexistentes. Admita-se que com a mundialização do capitalismo, as novas formas de organização das classes trabalhadoras impactaram consideravelmente até mesmo na concepção do que seria a categoria sociológica "trabalho"⁶. No entanto é preciso ponderar que, se por um lado a educação não pode ser considerada um fator de garantia no mercado de trabalho, por outro não se pode discutir que no mundo tecnológico o analfabetismo implica em total exclusão.

Some-se a esse contexto, a existência no âmbito dos estados que compõem a Amazônia, de dois processos simultâneos de modernização. Segundo Sérgio Bacury (2209, p. 157), o primeiro processo consiste na aceleração do crescimento da produção regional, influenciando no crescimento econômico da Amazônia entre o final do séc. XX início do sec. XXI, acima da média nacional. Já o segundo processo significou, em contraponto ao desenvolvimento no âmbito macrorregional, a geração de processos de subdesenvolvimento interregional e intraestadual na Amazônia, e especialmente, no estado do Pará.

Por outro lado, o Estado, envolvido nesta complexa estrutura social, que requer contemplações diferentes para diversas classes, de acordo com sua capacidade de reivindicar, estipula às classes menos favorecidas, quase sempre mais frágeis na sua capacidade de organização e de luta pelo poder, as políticas educacionais focais e passíveis de descontinuidade.

⁶ Sobre este tema consultar: ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 de julho de 2012.

Partindo da difusão massiva da ideia de que a educação constitui a chave para o progresso, o Estado passou a buscar formas de processos educacionais que possibilitassem ao mesmo tempo, a crença de que este mesmo Estado esteja assegurando o direito à educação, como meio de não exclusão social, mas também permitindo a continuidade do processo de exploração das categorias menos abastadas, como os trabalhadores, a quem não é de interesse das classes dominantes o acesso pleno a uma educação de qualidade.

Tentando dar vazão a estas tensões, o Estado busca criar alternativas e políticas públicas apaziguadoras. É neste quadro que se destaca a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Esta se apresenta como uma possibilidade de elevação da escolaridade àqueles aos quais foi negado o acesso no período correto. Contemplada com apenas dois artigos na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), o texto legal refere, no artigo 36, à necessidade de que sejam oferecidas a jovens e adultos “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho”.

No entanto o que se observa da análise de dados estatísticos referentes ao Plano Nacional de Educação- PNE (2001-2011), cujo objetivo foi exatamente o de estabelecer um projeto para educação no país no prazo de 10 anos, é que a meta número 1 do PNE, referente à Educação de Jovens e Adultos, onde se pretendia alfabetizar dez milhões de pessoas em cinco anos e, até o final da década do plano (2011), erradicar o analfabetismo, não logrou êxito. Para se ter uma ideia, o número de matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é decrescente desde o ano de 2006 quando haviam 5.616 milhões matrículas, passando para 4.983 em 2007, 4.902 em 2008 e por fim 4.661 em 2009 (INEP, 2006-2009). Entretanto, não houve a mesma proporção na redução de analfabetos no mesmo período. Considerando os últimos dois anos, a taxa de pessoas que não sabem ler e escrever recuou apenas 0,7%. Para uma noção do atraso que vive a educação no país, o número de analfabetos é mais que o dobro do que o de universitários. São 6,5 milhões de alunos nas faculdades, contra 14,1 milhões de pessoas que não sabem ler. Além disso, dos estudantes universitários, apenas 1,5 milhão está em universidades públicas (IBGE, 2009).

Depreende-se então da análise desses dados é que um projeto para erradicar o analfabetismo no Brasil não pode adotar a mesma política para todas as regiões. As taxas de analfabetismo nas regiões Sul e Sudeste são, respectivamente, 5,8% e 5,5%, muito inferiores aos das regiões Norte e Nordeste. Os dados demonstram, nesse aspecto, um imenso desequilíbrio regional.

Dessa forma, com o objetivo de não promover mudanças estruturais na sociedade, são implementadas medidas apaziguadoras, ou minimizadoras, condicionadas ao interesse do capital e do seu desenvolvimento, inclusive na Amazônia.

Esta forma de atuação no Estado repercute diretamente no acesso aos postos de trabalho. Ainda com dados da PNAD, é preciso observar que entre 2008 e 2009 foram gerados um acréscimo de 1,3 milhão de pessoas no contingente de desempregados. De acordo com a citada pesquisa, a população desocupada (sem trabalho e procurando emprego) subiu para 8,4 milhões de pessoas entre 2008 e 2009, o que corresponde a um aumento de 18,3%, a maior taxa de elevação desde 2001. Com isso, a taxa de desemprego (ou desocupação) saltou de 7,1% em 2008 para 8,3% em 2009⁷.

A PNAD mostrou ainda que o avanço do desemprego no ano de 2009 se concentrou mais nas pessoas com escolaridade incompleta. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego na população com ensino médio incompleto ou equivalente saltou de 13,9% para 15,4% de 2008 para 2009. Já a taxa de desocupação entre pessoas com ensino superior incompleto ou equivalente subiu de 8,1% para 9,7% no mesmo período. Entre as sete faixas de instrução pesquisadas pelo instituto, a que apresentou crescimento mais fraco na taxa de desemprego foi a de pessoas com ensino superior completo, cuja taxa de desemprego ficou praticamente estável, de 3,6% para 3,7% no período. O estudo mostrou também que, em 2009, 43,1% da população ocupada no mercado de trabalho tinham pelo menos o ensino médio completo, ante os 41,2% registrados em 2008.

A história da educação no Brasil demonstra que as medidas tomadas até este momento não foram capazes de oferecer soluções concretas ou modificações estruturais, que permitissem a universalização da educação, e conseqüentemente, outras possibilidades aos trabalhadores que não tiveram acesso à educação no momento correto, aos quais restam as políticas descontinuadas e muito mais focadas em certificações do que em ensino de qualidade. Some-se a isto a perspectiva também generalizada entre as classes desfavorecidas da naturalização da pobreza e da superação individual das adversidades, o que é acentuada na Amazônia dada as suas especificidades, inclusive geográficas.

É importante asseverar que além de sua grande extensão territorial, a Amazônia é habitada por uma população composta por uma variedade de segmentos, como ribeirinhos, seringueiros, índios, quilombolas e assentados, distribuídos majoritariamente por municípios

⁷ O IBGE destacou que as taxas de desemprego mostradas pela PNAD são diferentes das apuradas, para os mesmos anos, pela Pesquisa Mensal de Emprego -PME. Isso ocorre por causa das diferenças metodológicas das duas pesquisas, além da abrangência: a PME alcança as seis principais regiões metropolitanas, excluindo-se os estados que compõem a Amazônia, e a PNAD tem caráter nacional.

pequenos, distantes entre si, e com acessos que dependem, exclusivamente, de transporte aéreo e fluvial, o que a torna a região Amazônia ímpar entre as realidades geopolíticas do Brasil.

Assim, é imprescindível considerar a existência de um “Custo Amazônia” que tem valor quantitativa e qualitativamente mais alto do que o de qualquer outra região brasileira, agravado pela precariedade de sua infraestrutura e fragilidade logística. Este é um dado relacionado não somente às distâncias continentais que precisam ser percorridas, mas ao modo físico, cultural e estrutural como isso acontece. Diferentemente das regiões Sul e Sudeste, e até mesmo a região Nordeste, a Amazônia ainda conta com uma frágil malha rodoviária, quando esta é existente. Dessa forma, são imensas as dificuldades que as matérias primas têm para sair e os bens industrializados têm para entrar na região, de modo que isso onera os preços de serviços e produtos, pois sua durabilidade está sujeita ao clima quente e úmido e ao tempo chuvoso próprios da floresta equatorial. Ademais, é necessário recordar que o deslocamento via barcos apresentam como dificuldade a questão do tempo de viagem (que varia inclusive com as cheias ou vazantes do rio), bem como a ausência de um aporte próprio de malhas aquaviárias desenvolvidas (portos, barcos com higiene e lotação adequadas, entre outros problemas).

A elaboração de políticas públicas efetivas no combate ao analfabetismo da classe trabalhadora na região amazônica precisa, imperiosamente, tomar em consideração a questão do “custo Amazônia”⁸ para a elaboração de orçamentos e planejamentos de aportes financeiros para que as políticas educacionais na região gerem resultados efetivos.

Além disso, é importante frisar a inexistência de estudos governamentais que vinculem o acesso à educação a outros fatores, como aumento do grau de cidadania e empoderamento por parte dos jovens e adultos recém-alfabetizados, ou a análise do crescimento da capacidade de reivindicação e organização entre os grupos que passam da esfera dos não-alfabetizados para o mundo dos letrados.

Na tentativa de contrapor este quadro, é preciso tomar como referencia não apenas o capital humano enquanto norteador das políticas públicas de Educação para Jovens e Adultos, mas também compreender de que modo o capital social se insere neste quadro.

8 Sobre a análise do “Custo Amazônia” e seus impactos na economia ver o trabalho de Edna de Cássia Carmélio para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, intitulado Estudo Comparativo de Três Políticas Públicas de Fomento Produtivo de Base Territorial para Indução de Desenvolvimento Local Sustentável: Zona Franca de Manaus; Zonas de Processamento de Exportações e Distritos Florestais Sustentáveis. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/2-ZDES-na-Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2012.

Pierre Bourdieu(1998, p. 67) foi pioneiro em discutir uma crítica à teoria econômica cujo foco era apenas o capital econômico aferível em dinheiro e propriedades. Contrapondo esta visão, propõe uma visão do capital enquanto poder, de caráter social e cultural. Assim, o autor conceitua capital social como “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” Assim, quanto mais fortes as relações de reconhecimento, maior o capital social agregado.

Numa visão mais utilitarista, Putnam (1996, p. 260) defende ser o capital social um grupo de atributos da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações de comportamento participativos e cidadãos. Utilizando este conceito, faz uma análise empírica da sociedade italiana com o intuito de comprovar sua tese de que o capital social promove a cooperação social e que esta se reflete no desempenho das instituições.

Abarcando o pensamento de Putnam, o capital social pode ser incrementado pela educação catalisando comportamentos participativos e cidadãos. O foco dos debates em torno do conceito de capital social apontam para três aspectos principais, que podem ser resumidos nas perspectivas da confiança, da cooperação e da participação. O aspecto da confiança insufla a previsibilidade das relações sociais e gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por seu turno, mantém a confiança e a reciprocidade entre os membros da sociedade e potencializa a participação em associações voluntárias.

Garantir o acesso à educação não só permite ganhos em eficiência econômica, mas também tem o condão de melhorar a participação cidadã para o controle político das instituições públicas locais. Sem esta percepção, a educação possibilitará apenas uma melhora na competitividade da Amazônia em relação as outras regiões, sem contudo representar um real redistribuição e riqueza e poder.

Neste sentido, afirma Amartya Sen (2000, p. 56) que a educação como fator de desenvolvimento associado ao trabalho, só assegura desenvolvimento sustentável, quando integrado ao capital humano, sem prescindir a aplicação do capital social. Assim, investir em educação implica, na perspectiva do capital social, a democratização do conhecimento, e dessa forma, a sua utilização para agregar projetos compartilhados por valores e necessidades em comum daquela comunidade.

Em sentido oposto, a superposições de desigualdades, tanto numa análise macro, isto é no próprio sistema de desenvolvimento da Amazônia, como numa análise micro, isto é nas

possibilidades de emancipação individual, dificultam o acesso à escola e conseqüentemente ao maior acúmulo de capital social através da educação formal de qualidade.

As atividades cognitivas e não-cognitivas que jovens e adultos iletrados podem usufruir no ambiente escolar, repercutem sistematicamente sobre o seu desenvolvimento com dignidade, constituindo-se então como condição para o acúmulo de capital social, acesso ao mercado de trabalho em condições dignas e empoderamento das populações pobres. Do mesmo modo, escolas empobrecidas e incapazes de gerar essas relações de reconhecimento mútuo possibilitam a continuidade de um sistema de exclusão que marcará o indivíduo, incapaz de acessar o mercado de trabalho e de participar civicamente da sociedade. Assim, é necessário ponderar que a distribuição desigual de recursos que impede a participação de todos em situação de igualdade.

4 Comentários à guisa de conclusões

Os números e as considerações feitas até aqui deixam claro que o problema está centrado no fato de que, embora a educação seja um direito humano inquestionável e legalmente protegido, o Estado Brasileiro não oferece uma educação de qualidade, especialmente no que concerne a educação de Jovens e Adultos, daí porque o direito humano à educação não se efetiva plenamente. Isto gera um impacto sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente na atual fase do capitalismo, marcado pela tecnologia da informação.

O quadro de distribuição profundamente desigual dos bens e materiais simbólicos na sociedade, bem como o processo de reestruturação que marcaram a economia na Amazônia nos últimos 60 anos, implicaram em novas formas de relação entre sociedade e sociedade e o Estado, passando o conhecimento e a educação formal serem instrumentos de inclusão/exclusão no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, de acordo com as possibilidades de reivindicação e apoderamento. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos, e as políticas públicas voltadas para este fim, não foram capazes de solucionar a questão da universalização da educação, sendo necessário o estudo destas práticas para se compreender novas formas, ou melhorias, que apontem soluções.

É preciso questionar então, como a educação de má qualidade e a precariedade de alguns programas voltados para a educação de jovens e adultos se reflete de forma negativa no trabalho/salário das pessoas, bem como nas possibilidades de emancipação individual e

social que poderiam advir do acesso ao conhecimento, e no desenvolvimento na Amazônia Paraense.

Analisar este quadro a partir da classe trabalhadora, e de como isto afeta sua relação com o mercado de trabalho, constitui uma opção teórico-metodológica⁹ que se funda no fato, ainda negado, de que há uma distribuição desigual de oportunidades educacionais, que por seu turno, deriva de origem socioeconômica e das relações diferenciadas de poder que daí advém. Parte também do reconhecimento de que não é possível supor que o sistema capitalista vigente venha a promover a educação que efetivamente interesse aos trabalhadores. Isto é uma tarefa que deve ser apropriada e enfrentada pelos trabalhadores. Por este motivo, apresentar e estudar as políticas públicas de educação para jovens e adultos, notadamente no que diz respeito ao combate ao analfabetismo e a integração com a educação profissional, torna-se uma possibilidade de trazer luz à esta realidade e contribuir com mudanças que possam ser substantivas entre os trabalhadores.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 . Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BACURY DE LIRA, Sergio Roberto. Desenvolvimento e subdesenvolvimento na Amazônia: simultaneidade e desigualdade econômica no Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda, MAGALHÃES, Sônia Barbosa, TEISERENC, Pierre (orgs). Territórios de desenvolvimento e ações públicas. Belém: EDUFPA, 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei 9394/96. Disponível em: www.planalto.gov.br.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores 2006, 2007, 2008 e 2009*. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse da Educação Básica e Censos Escolares 2000 a 2008 (*on line*). Disponível em <http://www.inep.gov.br>

CARMÊLIO, Edna de Cássia. Estudo Comparativo de Três Políticas Públicas de Fomento Produtivo de Base Territorial para Indução de Desenvolvimento Local Sustentável: Zona Franca de Manaus; Zonas de Processamento de Exportações e Distritos Florestais

9 Neste ponto, devemos inserir a ideia trazida por Boaventura de Souza Santos, no que diz respeito à reinvenção da emancipação social, no sentido de se reconstruir a concepção de emancipação e evolução social a partir de experiências bem sucedidas, bem como a interação da discussão do modelo atual junto à setores sociais, já que estes são os destinatários de tais políticas públicas, na busca da oferta de alternativas ao atual sistema que partam da própria estrutura hoje existente. Ou seja, na ausência de paradigmas revolucionários, todas as lutas são pensadas a partir da compatibilidade com o modo de produção ora vigente, isto é, o capitalismo. Conforme exposto acima, tal compatibilidade é indispensável como ponto de partida, mas não de chegada. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia- reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Disponível em: <http://br.geocities.com/dcentauros/s/boaventuradpdf.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

Sustentáveis. secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/2-ZDES-na-Amaz%C3%B4nia.pdf>.

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demeval, MOURA NASCIMENTO, Maria Isabel. (orgs). Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMPO Graf. FE, 2006

LOUREIRO, Violeta. *Educação e Sociedade nos últimos 60 anos*. In: MENDES, Armando Dias. (org.). *Amazônia, Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004. MARX, Kark . *O Capital*, vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Capítulo XX, seção X.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 67-69.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 p 260.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia- reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Disponível em: <http://br.geocities.com/dcentauros/s/boaventuradpdf.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, Edward P.. *A formação da classe operária. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.